

**Conselho Nacional do Ambiente e do
Desenvolvimento Sustentável**



RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

2007

ÍNDICE

ABERTURA	3
INTRODUÇÃO	5
ACTIVIDADES NA ESFERA NACIONAL	7
PARECERES E REFLEXÕES	9
ACTIVIDADES NA ESFERA INTERNACIONAL	25
ANEXOS	27

Coordenação de Redacção: Aristides Leitão

Isabel Mertens

Liliana Leitão

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES EM 2007 DO CONSELHO NACIONAL DO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CNADS)

ABERTURA

1. O *Relatório Anual de Actividades do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS) de 2007* traduz, no cumprimento do disposto nos art. 2º, nº2 d) e 16º do decreto-lei nº221/97, de 20 de Agosto, conforme a redacção constante do decreto-lei n.º 136/2004, de 3 de Junho, o que de mais relevante foi realizado ao longo do décimo ano de funcionamento deste órgão consultivo, assim como as acções a que directa ou indirectamente esteve associado.

2. Foram desenvolvidos pelo CNADS, sempre com o envolvimento dedicado dos seus membros, funcionários, Secretário Executivo e de quantos proporcionaram o seu contributo ao Conselho durante o ano de 2007, um trabalho de análise, reflexão e divulgação de harmonia com os seus objectivos, quer fosse por iniciativa própria quer por solicitação de outrem, verificando-se que na maioria das vezes o foi a pedido do Governo.

3. O exercício das múltiplas actividades do Conselho ficou expresso, nomeadamente, através da aprovação de oito Pareceres, Reflexões e Comentários e de uma **Declaração sobre o Desafio das Alterações Climáticas**, para além da participação activa em diversos colóquios, conferências ou seminários (*vide* Anexo III).

4. Enquanto membro activo da Rede Europeia dos Conselhos Consultivos Europeus de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável /*European Environment and Sustainable Development Advisory Councils (EEAC)*, o CNADS prosseguiu o seu quinto mandato no respectivo *Steering Committee*, através do Conselheiro Henrique Schwarz, como vogal eleito daquele órgão directivo. Merece especial referência a organização, em Évora, de 10 a 13 de Outubro de 2007, da 15ª Conferência Anual, dedicada ao tema "*Energy Efficiency - Key Pillar for a Competitive, Secure and Sustainable Europe*", que registou um número de participantes *record* e que foi muito

positivamente avaliada, constituindo um indicador objectivo da maturidade do CNADS e do papel que tem vindo a desempenhar no quadro europeu.

5. O CNADS manteve, quer a nível nacional, quer a nível comunitário, e na medida das suas capacidades e meios disponíveis, uma participação ou acompanhamento de colóquios, conferências, seminários ou reuniões de trabalho de relevância nos domínios para que está mandatado. Merece particular sublinhado a participação nas actividades da referida rede de Conselhos E.E.A.C. – *European Environment and Sustainable Development Advisory Councils* - patente, sobretudo, no envolvimento activo em Grupos de Trabalho respeitantes a matérias de especial interesse para Portugal (biodiversidade, agricultura, desenvolvimento sustentável, energia, governação e meio marinho), incluindo a participação com uma delegação de Conselheiros no *Workshop* realizado em Copenhaga, a 10-11 de Maio, na Agência Europeia de Ambiente sobre “*Research Dissemination*” (vide Anexo IV).

6. O CNADS manteve o seu relacionamento funcional e estreita colaboração com os diversos Ministérios e Instituições da Administração Pública com atribuições em matérias no âmbito do seu mandato, sendo de relevar a mantida com o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR).

7. O Relatório respeitante a 2007 integra, em Anexos, o Balancete do Orçamento de Financiamento por Classificação Económica Relativo ao ano de 2007, três Quadros – síntese que reportam os aspectos mais relevantes das actividades desenvolvidas ao longo do ano em análise e um Quadro com a composição do Conselho, durante o ano em apreço.

[Aprovado por unanimidade na Reunião Ordinária do Conselho de 21 de Fevereiro de 2008]

O Presidente

Mário Ruivo

INTRODUÇÃO

8. O CNADS, durante o ano de 2007, reuniu dez vezes em sessões plenárias, sendo quatro Extraordinárias e seis Ordinárias (*vide* Anexo II).

9. No respeitante à sua composição, durante o ano de 2007 renunciou ao mandato a Conselheira Helena Roseta (designada pelo Conselho das Ordens/Associações Sócio-Profissionais/ Ordem dos Arquitectos), tendo sido designado para ocupar o seu lugar José Augusto Cardoso de Resende, bastonário da Ordem dos Médicos Veterinários. Ao abrigo do art.3º alíneas d) e e) do decreto-lei n.º 136/2004, de 3 de Junho, foram designados, respectivamente, o(a)s Conselheiro(a)s Maria João Pereira e Jorge Paiva por designação das ONGAs. Cessaram, ainda, funções enquanto membros designados pelas Associações de Defesa do Ambiente, os Conselheiros Manuel Ferreira dos Santos e Luís Guerreiro. Terminaram os seus mandatos, igualmente, os Conselheiros Luís Lopes e João José Fernandes, tendo os seus lugares sido ocupados respectivamente, por José Manuel Cordeiro, designado pela UGT (art.3º alínea j) do decreto-lei n.º 136/2004) e João Rabaça, designado pela. ONGD – Plataforma Portuguesa /TESE (art.3º alínea n) do decreto-lei n.º 136/2004). Cessaram, por sua vez, funções os Conselheiros Carlos Borrego e João Alveirinho Dias, registando-se que em relação ao primeiro sucedeu João Carlos Marques, por designação do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (art.3º alínea l) do decreto-lei n.º 136/2004). Os Conselheiros António Domingos Abreu, José Faria e Santos, José Guerreiro e Luís Brás foram reconduzidos (art.3º alíneas c), f) e g) do decreto-lei n.º 136/2004). O Conselheiro Henrique Montelobo iniciou funções por designação das Associações Comerciais e de Turismo (art.3º alínea g) do decreto-lei n.º 136/2004), em substituição do Conselheiro Manuel Dias que havia resignado em 2006 (*cf.* Anexo V).

10. Relativamente ao efectivo suporte orçamental houve uma evolução em relação aos anos anteriores, tendo a dotação do Conselho, no seu décimo ano de exercício, sido de **€249.062,00**, o que permitiu acorrer às actividades do Conselho de forma mais

consentânea com o previsto no seu *Plano de Actividades para o triénio 2005-2007*. Em conformidade com este, e de acordo com o disposto nos decretos-lei nº221/97, de 20 de Agosto, e n.º 136/2004, de 3 de Junho, segundo os quais “*competete ao Conselho, por sua iniciativa ou a solicitação dos membros do Governo responsáveis pela área do ambiente, de entidades públicas ou de organizações de defesa do ambiente, emitir pareceres e recomendações sobre todas as questões relativas ao ambiente e ao desenvolvimento sustentável*”, o CNADS procedeu regimentalmente à criação e, nalguns casos, à reconstituição de vários Grupos de Trabalho para cumprimento desses objectivos. Acresce que foi concedido um reforço orçamental de €15.000 para a organização e realização da 15ª Conferência Anual dos EEAC, que decorreu em Évora de 10 a 13 de Outubro de 2007, também no quadro do exercício da Presidência Portuguesa da U.E.

11. O CNADS procedeu à actualização periódica do seu *site* (www.cnads.pt), em versão portuguesa e inglesa, o qual dispõe de informação sobre: historial; constituição; documentos; eventos nacionais e internacionais e respectivos contactos. Registaram-se cerca de dezoito mil visitas durante o ano de 2007.

12. Os Pareceres, Reflexões e Comentários elaborados, após aprovação em Plenário (de registar que todos estes documentos foram aprovados pelo Conselho por unanimidade), foram enviados às instâncias competentes dos poderes executivo e legislativo, tendo sido providenciada a sua difusão pública, não só junto dos principais parceiros sociais, como do público em geral, através dos meios de comunicação e dos correios electrónico e postal, estando a totalidade dos documentos aprovados disponível no *site* do Conselho, bem como alguns resumos em língua inglesa. No decurso de 2007 foi editado o 4º. Volume de os “Pareceres, Reflexões e Relatórios de Actividades do CNADS”, cobrindo o desempenho ao longo dos anos de 2005 e 2006.

13. Durante o ano de 2007, o CNADS foi solicitado a participar em diversas Conferências, Encontros, Congressos e Seminários — quer nacional quer internacionalmente — intervindo, ou fazendo-se representar, pelos membros designados para o efeito, assim como pelo Secretário Executivo e pelos Técnicos do Secretariado, quando julgado apropriado, garantindo, sempre que possível, uma presença e

intervenção consentâneas com o quadro das atribuições que lhe estão cometidas (*cf.* Anexos III e IV).

14. O CNADS deu continuidade à sua actividade como membro efectivo da rede dos EEAC (*European Environmental and Sustainable Development Advisory Councils*), na qual o Conselheiro Henrique Schwarz desempenha o cargo de vogal do respectivo Comité Director (*Steering Committee*).

15. A **15ª Conferência Anual dos EEAC**, co-organizada pelo CNADS e SRU (órgão similar alemão), realizou-se de 10 a 13 de Outubro, em Évora, sobre o tema “**Energy for Europe: Increasing Efficiency, Changing Consuming Patterns**”, tendo o Conselho, para além da sua organização, tido parte activa através de uma delegação de catorze elementos coordenada pelo seu Presidente. Para além das questões relacionadas com o tema central da Conferência e de um Painel sobre Biomassa foram, ainda, objecto de debate na Assembleia da Plenária realizada no último dia matérias relacionadas com a vida interna da rede. De salientar o testemunho elogioso por parte de quantos participaram na Conferência que registou o mais elevado número de participantes em todas as edições das conferências anuais da rede.

ACTIVIDADES NA ESFERA NACIONAL

16. À semelhança dos anos anteriores, as actividades do Conselho traduziram-se em duas grandes vertentes: (i) na esfera **nacional**, analisando várias temáticas e emitindo Pareceres, Reflexões, Comentários e Cartas às instâncias parlamentares e governamentais; e (ii) na **esfera internacional**, entre outros, mediante o acompanhamento e envolvimento em actividades integradas no âmbito do *Steering Committee* e dos Grupos de Trabalho dos *EEAC*, assim como nas e nas iniciativas em domínios especializados não só desta rede de aconselhamento e assessoria, como de outras organizações internacionais ou ONGs, referenciadas no Quadro apresentado no Anexo IV.

17. O CNADS acompanhou os assuntos estratégico - políticos nacionais mais relevantes, tendo participado em diversas iniciativas (Encontros, Congressos, Conferências e Seminários) sobre temas referentes às áreas do ambiente e do desenvolvimento sustentável, organizadas por várias organizações e instituições não

governamentais e da Administração Pública, Central e Local, as quais constam de um Quadro apresentado no Anexo III.

18. De entre os numerosos eventos em que se registou a participação do CNADS, referidos no Anexo III, importa realçar:

- ***Conferência Inaugural do Projecto “Forum Português Pós-Quito”***, Lisboa, 31 de Janeiro, organizado pela Fundação Calouste Gulbenkian, no qual participou o Secretário Executivo, Aristides Leitão.
- ***Workshop “ Avaliação Ambiental Estratégica /QREN 2007/2013)***, Lisboa, 14 de Fevereiro, organizado pela FCT/UNL, no qual participaram os Conselheiros João Guerreiro e José Reis bem como o Secretário Executivo, Aristides Leitão, a título de convidados especiais pela organização.
- ***I Jornadas de Ambiente da EESBCR***, Caldas da Rainha, 14 de Março, organizada pela Escola Superior de Biotecnologia, na qual interveio o Conselheiro Eugénio Sequeira.
- ***Conferência sobre Ambiente e Saúde***, Lisboa, 30 de Março, organizada pelo CNADS, no Auditório da Assembleia da República, na qual foram apresentadas a Reflexão do CNADS sobre o Plano Nacional de Acção sobre Ambiente e Saúde (2007-2013) e as linhas mestras que presidiram à elaboração do referido Plano, na qual intervieram o Presidente, Prof. Mário Ruivo, e o Conselheiro João Lavinha, sob a co-presidência da Deputada Maria de Belém Roseira, da Comissão Parlamentar de Saúde.
- ***20 Anos da Lei de Bases do Ambiente***, Lisboa 7 de Maio, na qual participaram o Presidente, Prof. Mário Ruivo, o Secretário Executivo Aristides Leitão e a Assessora do CNADS Isabel Mertens.
- ***Conferência “ O Quarto Relatório sobre Alterações Climáticas, Perspectivas para Portugal”***, Lisboa, 28 de Maio, organizada pela Fundação C. Gulbenkian e na qual participaram o Conselheiro José Guerreiro dos Santos e o Secretário Executivo, Aristides Leitão.
- ***Sessão sobre o PNPOT / Território Portugal***, C.C. Belém, 1 de Junho, no qual participou o Secretário Executivo, Aristides Leitão.
- ***II Conferência Internacional “ O Alentejo e a Água – por um Guadiana Sustentável”***, Campo Maior, 8 a 9 de Junho, na qual participaram o Presidente, Prof.

Mário Ruivo, os Conselheiros Eugénio Sequeira, José Lima Santos e o Secretário Executivo, Aristides Leitão.

➤ *Colóquio “Alimentação e Qualidade do Ar em Portugal”*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 20 de Junho, co-organizado pelo CNADS e pela Fundação Calouste Gulbenkian, onde teve lugar a apresentação da *Reflexão do CNADS sobre Alimentação e Qualidade do Ar na Interface Ambiente/Saúde* e debatidos sob a forma de Painéis os temas: “*Alimentação e Ambiente*” e “*Qualidade do Ar e Ambiente*”, tendo intervindo nestes painéis os Conselheiros Viriato Soromenho Marques e João Lavinha, para além de especialistas nacionais convidados para o efeito.

➤ *Conferência sobre “Energia e Sustentabilidade”*, Lisboa, 3 de Julho, organizada pelo CNADS, no Auditório da Assembleia da República, na qual foi apresentada a “*Reflexão do CNADS sobre Energia e Sustentabilidade*” e na qual intervieram o Presidente, Prof. Mário Ruivo, e os Conselheiros Henrique Schwarz, Jaime Braga e Felipe Duarte Santos. Os trabalhos foram moderados pelos Senhores Deputados que presidem às Comissões Parlamentares de Energia e Ambiente.

➤ *Lisbon Energy Fórum*, Lisboa, 2 de Outubro, organizado pela GALP e Fundação Mário Soares, no qual participaram os Conselheiros Henrique Schwarz, e Jaime Braga, para além do Presidente do CNADS.

➤ *Seminário sobre Política e Direito Internacional da Água*, Lisboa, 1 a 3 de Outubro, organizado pelo GEOTA, o qual interveio o Conselheiro Luís Veiga da Cunha.

➤ *Seminário “Novo Regime de Planeamento Urbanístico: Factor de Competitividade Territorial”*, Porto, a 7 de Novembro, organizado pela CCDRN, no qual interveio o Conselheiro Nuno Portas, tendo apresentado uma comunicação sobre “A Visão Académica”.

➤ *Conferência “Política Marítima Europeia e Biodiversidade”*, Lisboa, 21 de Novembro, organizada pela Fundação C. Gulbenkian, e que teve como objectivo discutir a política marítima europeia e a sua interface com a biodiversidade. Houve três intervenções que explanaram respectivamente a visão da Comissão Europeia, da comunidade científica e da sociedade civil. Participou neste evento a Assessora do CNADS, Isabel Mertens.

➤ *I Congresso de Energias Alternativas*, em Viana do Castelo – Castelo de S. Tiago da Barra, 6 de Dezembro, organizado pelo TradeCenter, no qual interveio o

Conselheiro Henrique Schwarz, tendo apresentado uma comunicação sobre o “Energia e Sustentabilidade”.

PARECERES E REFLEXÕES

19. Tendo como referencial o Plano de Actividades, o Conselho procedeu à análise e apreciação de diversas questões relativas ao desenvolvimento sustentável, contribuindo, assim, para o processo de tomada de decisão, através da emissão de Pareceres, Reflexões, Comentários ou Análises Preliminares, por iniciativa própria ou correspondendo a solicitações formuladas por diversas entidades. Esses documentos foram remetidos, de acordo com a prática, às instâncias competentes da Administração Pública, ao Poder Legislativo e aos parceiros sociais envolvidos, para além da sua divulgação através do *site*, dos meios de comunicação e dos correios electrónico e postal. Enumeram-se, de forma sumária, seguidamente, os documentos que, com aprovação unânime pelo Conselho, foram elaborados e aprovados no decurso do exercício de 2007:

➤ ***Parecer sobre a Avaliação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 de Portugal – Continente; 18 de Janeiro de 2007.***

O Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS) foi solicitado pela Direcção do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar a analisar, “*enquanto entidade com responsabilidade em matéria ambiental, o âmbito definido para a elaboração da avaliação ambiental estratégica do PDRc*”. Esta apreciação contribuiria para melhorar a elaboração de um subsequente Relatório Ambiental para posterior submissão a processo de consulta pública. De referir, que, entretanto, estava em curso o período de consulta pública da Avaliação Ambiental Estratégica, assim como do próprio Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 de Portugal-Continente.

Neste Parecer, o Conselho:

- Identificou o que constituía como a questão metodológica fundamental do Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal – Continente.

- Salientou o insuficiente grau de pormenorização do Relatório em matérias que, pela sua sensibilidade, requerem uma possível avaliação específica de impacte ambiental.
- Identificou um conjunto de aspectos, porventura de menor importância global, mas que podem ser também decisivos no que se refere a partes do Programa, a partes da AAE, ou a determinados tipos de impactes.

E recomendou:

- A introdução, no Relatório Ambiental, da análise de alternativas, que permitam avaliar, de modo comparável, os efeitos no ambiente das diversas alternativas do Programa.
- O tratamento com o grau de pormenorização adequado das matérias que, tal como é o caso das incidências do PDRc na Rede Natura 2000, requerem avaliação específica de impactes, em sede própria ou no quadro da própria AAE do Programa.
- A correcção, no Relatório Ambiental, de alguns dos aspectos enunciados no Parecer.
- A informação e divulgação, junto das autoridades e do público, do Relatório Ambiental revisto.

➤ ***Apreciação Sumária do PERSU II – Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos; 18 de Janeiro de 2007.***

Das acções previstas e executadas, constantes do primeiro instrumento de planeamento de referência na área dos resíduos sólidos urbanos (RSU) -PERSU I, 1997 –, o balanço é globalmente positivo. O quadro normativo mais recente, à escala comunitária e à escala nacional, beneficiou de alterações substantivas, importando relevar a oportunidade da elaboração do PERSU II (2006/2016), sem hiatos temporais significativos. Constituiria, no entanto, motivo acrescido de apreço se à iniciativa fosse associado um processo de consulta pública, com prazos adequados e a possibilidade de aceder atempadamente à indispensável informação de enquadramento.

Da análise efectuada quanto à implementação dos objectivos inscritos no PERSU I, o Conselho constata que se ficou aquém das médias europeias e das metas estabelecidas, designadamente no respeitante à reciclagem multimaterial e à valorização orgânica. Em contraponto, registou-se clara prevalência da solução deposição em aterro. Decorrendo daqui que a prevenção (redução e reutilização) e

reciclagem, longe da necessária priorização, se quedaram por valores pouco expressivos que urge recuperar.

Mesmo compreendendo tais resultados como consequência da situação do país em 1996 no que à gestão de RSU diz respeito, o balanço fica ainda abaixo do esperado, devendo concluir-se pela necessidade de acções estruturantes e determinantes no quadro da execução do PERSU II, com metas intercalares realistas, embora tendo sempre em conta os objectivos prioritários enunciados.

O Conselho recomendou, sumariamente:

- Ser necessário clarificar que investimentos a promover em cada uma das dimensões da hierarquia de gestão de resíduos, justificando-os do ponto de vista financeiro, enquanto contributo para alcançar as metas propostas e minimizar os impactes ambientais negativos, nomeadamente emissões de CO₂. Estudos recentes comprovam uma diferença significativa no confronto da reciclagem com a incineração e a deposição em aterro, com vantagem para a primeira.
- Perante as conclusões decorrentes da avaliação do desempenho do PERSU I, a aposta nas soluções do topo da hierarquia – redução, reutilização e reciclagem – deveria definir-se de forma clara. Como coerentemente conviria consagrar no programa de investimentos previsto, correspondendo, assim, à ênfase que lhe deve ser conferida.
- Regista-se, também, a incontornável relevância que a sustentabilidade económica, financeira e social do sistema assume no quadro de uma política de gestão de resíduos, baseada essencialmente nos ensinamentos resultantes do PERSU I.
- Subsiste a dúvida quanto à articulação que poderá interligar o presente PERSU II e o futuro Plano Nacional de Gestão de Resíduos, bem como os demais Planos Específicos de Gestão de Resíduos. Importaria, pois, que o PERSU II anteviesse fórmulas adaptativas e os necessários ajustamentos àquele novo modelo de planeamento de gestão.

➤ ***Comentários do CNADS à Proposta de “Guia Agenda 21 Local – Um Desafio de Todos; Manual para a Implementação da Agenda 21 Local”; 23 de Maio de 2007***

O Instituto do Ambiente entendeu proceder à elaboração de um “Guia” a que atribuiu a designação de “*Agenda 21 Local, Um Desafio De Todos/Manual para a Implementação da Agenda 21 Local*”, com o intuito de apoiar os Municípios e as Comunidades Locais na elaboração e implementação da Agenda 21 Local, o que

poderia contribuir para a superação de um *déficit* nacional que, não só o CNADS inúmeras vezes assinalou, como é comumente reconhecido pela opinião pública portuguesa.

A iniciativa do Instituto do Ambiente de “*contribuir com uma metodologia orientadora, na concepção e implementação da Agenda 21 Local*” a que o Conselho teve acesso para análise, pretendeu assumir-se como “*um referencial normativo para a implementação de Sistemas de Sustentabilidade Local (SSL)*”.

O processo de difusão e de encorajamento para a adopção de Agendas 21 Locais é antes do mais uma actividade dinamizadora da cidadania e de divulgação dos princípios da sustentabilidade. Para tal, à Administração Pública deveria ser requerida uma atitude essencialmente incentivadora e pedagógica, a todos os níveis. Considera-se, contudo, que não resulta da presente iniciativa essa postura, antes ela revela um entendimento que se afasta do espírito que emanou do Rio’92 e que o *ICLEI – International Council for Local Environmental Initiatives* universalmente promove há dezasseis anos.

O CNADS considera que:

- O cariz normativo como o Guia está organizado e redigido assemelha-se a uma publicação inspirada nos processos de certificação. Tal facto é gerador duma institucionalização de práticas burocráticas, constituindo factor de desmobilização dos necessários incentivos à participação e de uma boa articulação entre municípios e responsáveis autarcas.
- A participação pública, que é a razão de ser da Agenda 21 Local, está votada a um papel secundário, não se sublinhando adequadamente a sua importância e o pleno envolvimento de todos os actores sociais nas várias fases do processo.
- O desígnio deve ser o de mobilizar e de ajudar a sociedade civil a encontrar por ela própria soluções locais sustentáveis e não o de comandar, através de um qualquer plano, um processo de transição para a sustentabilidade.
- Todas as fases do processo de concepção e elaboração de Agenda 21 Local deveriam ser contempladas e esclarecidas.
- Num documento desta natureza deveria ser afirmado o princípio da diversidade das experiências e dos caminhos para a sustentabilidade local, sendo desejável que o Guia /Manual fosse encarado como um quadro metodológico para a preparação, execução e revisão de Agendas 21 Locais, respeitando a multiplicidade das situações concretas e a diversidade dos caminhos para o desenvolvimento sustentável local,

sendo do maior interesse a apresentação de um pequeno conjunto de indicadores de desenvolvimento sustentável.

- Conviria ser dado o devido relevo à importância de definir, aplicar e acompanhar regularmente um sistema público de indicadores de sustentabilidade, passando a mensagem da importância de um conjunto de indicadores que façam sentido, por um lado, para a região e, por outro, para os actores sociais locais, tornando compreensível o desenvolvimento sustentável a nível local e servindo de motivação para um processo marcadamente de co-responsabilização.

- Na presente forma, o Manual apresenta-se como um documento técnico sobre o assunto, quando o esperado de um manual seria um documento obviamente rigoroso, mas didáctico, ilustrando, se possível exaustivamente, procedimentos, possibilidades de actuação, agentes a envolver.

- Deveria enfatizar-se o envolvimento de todas as forças políticas e sociais desde o primeiro momento. Um processo de Agenda 21 Local é contínuo e dinâmico, requerendo o empenhamento de todos na definição dos objectivos centrais.

➤ ***Comentários Preliminares do CNADS ao Relatório de Definição de Âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Operacional das Pescas 2007-2013; 12 de Junho 2007.***

Foi o CNADS chamado pela Direcção Geral das Pescas e Aquicultura a pronunciar-se sobre o documento correspondente à Versão de Trabalho, com data de Maio de 2007, a que corresponde o “*Relatório de Definição de Âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Operacional das Pescas para o período de 2007-2013*”. O documento em apreço correspondia a uma primeira fase da AAE, na qual se delimitava o âmbito da mesma, identificando os respectivos objectivos e metodologia, enquadrados no respectivo quadro de referência. A par deste enquadramento era, também, nesta fase que se propunham e aprovavam os indicadores para cada um dos factores de avaliação.

O enquadramento proposto ao nível dos objectivos e metodologia afigurou-se ambicioso, embora compatível com os princípios que devem prevalecer num exercício desta natureza. Com efeito, a AAE pode e deve constituir, não só uma análise da sustentabilidade ambiental do Programa, mas também uma contribuição decisiva para a integração da vertente ambiental nos vários domínios de organização e funcionamento do mesmo.

A metodologia geral proposta, superada que fosse a prévia apresentação, análise e avaliação de alternativas razoáveis que possa informar a consulta das autoridades e do público relevantes, apresentava-se coerente e bem organizada, nomeadamente distinguindo as suas diferentes fases e identificando de forma objectiva as tarefas e produtos esperados associados a cada uma dessas fases. Contudo, não era clara a forma como se pretendia fomentar e assegurar uma ampla discussão e participação pública, essencial para credibilização e sucesso na fase operativa. Igualmente se relevou a preocupação de “referenciar” o Programa com os mais importantes instrumentos nacionais e comunitários em curso relativos à temática das pescas e conexos.

Relativamente à avaliação proposta, foi manifesta a preocupação em incluir todos os temas ambientais elencados pela Directiva de AAE como alvo de avaliação.

Quanto aos indicadores, o Conselho considerou ser necessário rever alguns dos propostos, para que os mesmos possam dar corpo à ambição e coerência desejadas, como era o caso do indicador correspondente ao factor Governança. Aceitavam-se e subscreviam-se os objectivos propostos, nomeadamente o estímulo à participação das populações e comunidades piscatórias na governação do sector, tal como se aceitava a aplicação dos princípios preconizados pelo *Livro Branco da União Europeia sobre Governança*, e até mesmo a contribuição que estas práticas poderiam vir a dar no âmbito da implementação de Agendas 21 Locais. Mas, não se afigurava que a avaliação do cumprimento destes objectivos se pudesse fazer apenas mediante a contabilização do número de Agendas 21 Locais aprovadas, também, dada a exiguidade do seu número em zonas ribeirinhas.

Os indicadores propostos para os sectores da biodiversidade e sistemas aquáticos marinhos e costeiros sobrepunham-se, em certa medida, tornando pouco clara e objectiva a sua utilização (v.g. a utilização de áreas protegidas nos dois domínios, como se o facto de pertencer à Rede Natura 2000 constitua um factor de distinção em termos operacionais e de objectivos entre áreas protegidas). O indicador “uso do solo em zonas costeiras” carecia de ser explicitado, não sendo entendível o que se vai medir, como e a que objectivo sectorial corresponderia.

➤ ***Reflexão sobre Energia e Sustentabilidade. - 12 de Junho 2007***

O Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS) considerou oportuno elaborar uma Reflexão sobre a problemática energética centrada na análise do grau de sustentabilidade do sistema energético nacional e das

suas tendências expectáveis de evolução, dando especial ênfase às suas incidências nos planos da economia, da sociedade e do ambiente. Esta Reflexão parte do princípio de que a energia é não só um bem económico estratégico, como também um recurso natural escasso. Nela se defende a ideia de que, finda a era da energia barata e abundante, há que informar e preparar todos os actores sociais para as profundas mudanças que se perfilam no horizonte, de modo a que possa ter êxito o processo da transição para um sistema energético mais sustentável.

A noção de sustentabilidade energética implica ter em atenção os seguintes grandes critérios: (i) que as fontes de energia não devem ser substancialmente exauridas pelo uso continuado; (ii) que o uso da energia não deve gerar emissões poluidoras e outros riscos para o ambiente a uma escala significativa; (iii) que ele não envolva a perpetuação de riscos para a saúde humana, assim como de injustiças sociais.

A Reflexão “**Energia e Sustentabilidade**” teve um duplo propósito: fornecer informação, tanto quanto possível descodificada, dirigida a um vasto público, que de uma maneira geral está mal informado sobre os contornos da problemática energética; enunciar grandes linhas programáticas de acção, tendo especialmente em vista as políticas públicas e o funcionamento dos mercados da energia.

Na linha das grandes preocupações das organizações internacionais e da União Europeia, bem como dos objectivos de política interna no domínio da energia, foram tidos em consideração três grandes objectivos estratégicos: a segurança do aprovisionamento, a competitividade e a adequação ambiental.

A estrutura da Reflexão compreende duas Partes substantivas: uma 1ª Parte de enquadramento histórico da problemática da energia e de análise de vertentes mais relevantes, de natureza normativa e factual, nos planos global, europeu e nacional; uma 2ª Parte de avaliação das políticas públicas internas, com incidências directas na oferta e na procura de energia, como são nomeadamente os casos da própria política energética, mas também das políticas da habitação e urbanismo, dos transportes e mobilidade e do ambiente (alterações climáticas e gestão dos resíduos). Nesta 2ª Parte também se procurou caracterizar os mercados da energia (gás natural e electricidade), tendo em atenção as questões fundamentais da transição para um mercado europeu, da liberalização, das tarifas e gestão das redes de transporte e, por último, da geração distribuída e microgeração.

A 1ª Parte está organizada em torno dos seguintes princípios genéricos, entendidos no sentido de valores fundamentais que organizam as acções humanas e enformam

as mudanças de paradigmas: conservação da energia (abrangendo a eco-eficiência e a poupança), diversificação do cabaz energético, solidariedade ou cooperação e autonomia. A 2ª Parte acolhe outros quatro grandes princípios: governação responsável, precaução, eficácia económica e descentralização.

A Reflexão compreende ainda uma Síntese Conclusiva, bem como um vasto conjunto de Recomendações e algumas Considerações Finais. Na Síntese Conclusiva abordam-se três questões cruciais:

- a da mudança inevitável da base energética das economias e sociedades, que irá ter lugar nas próximas décadas, com o declínio do papel dos combustíveis fósseis e a expansão das fontes de energia alternativas, sabendo-se que as energias renováveis são intrinsecamente diferentes das energias não renováveis: são de baixa densidade e intermitentes na oferta, ao passo que as energias não renováveis são concentradas e de fluxo contínuo, pelo menos provisoriamente;
- a da mudança de paradigma na política energética, devendo ser colocada a tónica na gestão da energia “*pelo lado da procura*”, por intermédio de medidas que melhorem a eficiência energética e a poupança do uso final, e só acessoriamente na gestão da mesma “*pelo lado da oferta*”;
- a da necessidade de uma nova abordagem estratégica nas políticas públicas e de novos instrumentos de intervenção, capazes de promoverem e estimularem a informação e a participação dos cidadãos e dos parceiros económicos e sociais, de forma a ter êxito o processo de transição para um novo modelo energético sustentável.

A Reflexão avança com 48 de Recomendações organizadas por Linhas de Acção, de carácter tanto geral, como específico. As primeiras estão subdivididas em medidas de política externa (posições a assumir pelos representantes de Portugal nos *fora* internacionais e no quadro da União Europeia), como seja uma maior fiabilidade dos dados e uma maior transparência na comunicação da informação relevante sobre os recursos energéticos mundiais, a promoção da cooperação internacional, as negociações para o período pós-Quioto; e de política interna, nos domínios das emissões dos gases com efeito de estufa (GEE), da eficiência e da diversificação das fontes primárias de energia.

➤ ***Carta ao Senhor Primeiro Ministro sobre a Adopção e vigência da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS); 6 de Julho de 2007.***

Em 9 de Julho de 2007 o Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável dirigiu uma Comunicação ao Senhor Primeiro Ministro, solicitando a atenção para a necessidade de ser clarificada a situação e o estatuto da *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)*, uma vez que, não obstante o Comunicado do Conselho de Ministros de 28 de Dezembro de 2006 informar ter sido aprovada uma Resolução sobre a ENDS e o respectivo Plano de Implementação (PIENDS), não se dispôr de qualquer informação posterior no que concerne à adopção formal destes dois instrumentos estratégicos fundamentais.

Na Comunicação salientava-se que as referências à ENDS em documentos como o QREN ou o PNPO, requerem a vigência da mencionada *Estratégia* e do respectivo *Plano de Implementação*, o que permitiria, também, a sua futura projecção em políticas públicas cruciais. O conteúdo dos documentos afirma-se pela sua efectiva implementação, conforme a experiência tem demonstrado. Só mediante uma ampla divulgação e aplicação dos objectivos estabelecidos na ENDS e no PIENDS estes poderão ser assumidos pelos parceiros sociais, cujo envolvimento é razão do bom sucesso da *Estratégia*.

Salientava - se, ainda, na referida Comunicação que Portugal corre o risco de ficar isolado face aos restantes parceiros na União Europeia.

Referia-se, ainda, que o mês de Junho de 2007 fora apontado, no quadro da *Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável* revista, como a data em que as primeiras Estratégias Nacionais de Desenvolvimento Sustentável deveriam estar definitivamente concluídas. Por outro lado, Junho de 2007 foi, igualmente, assumido como o mês em que os países europeus deveriam, através do respectivo Ponto Focal, pôr à disposição da Comissão Europeia a informação relevante sobre a situação dos respectivos instrumentos estratégicos nacionais, de modo a possibilitar a elaboração de um *progress report*, aprazado para o mês de Setembro de 2007.

➤ ***Reflexão Sobre Alimentação e Qualidade do Ar na Interface Ambiente/Saúde; 6 de Julho de 2007.***

Na sequência da aprovação da “*Reflexão sobre o Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde (2007-2013)*”, o CNADS decidiu, face à relevância do tema, que alguns dos domínios ambientais eram merecedores de uma análise mais aprofundada, tal como a elaboração de propostas e acções prioritárias a ter em

consideração na futura definição de políticas. Foram seleccionados como domínios prioritários a analisar a alimentação e a qualidade do ar, dada a manifesta relação entre a falta de qualidade do ar e da nutrição e o aumento de riscos para a saúde de indivíduos e populações.

Na Reflexão foram evidenciadas múltiplas lacunas de conhecimento quer sobre a caracterização dos domínios ambientais ar e alimentação, quer sobre os efeitos que a sua falta de qualidade pode ter na saúde humana, quer, ainda, sobre as interacções entre os dois domínios considerados (e outros igualmente pertinentes, *v.g.*, os transportes, a água e os solos). Seria de dar início ao estabelecimento de estratégias de I&D a nível nacional nesta matéria, usando metodologias já testadas. Os resultados da investigação mereceriam ser disseminados junto dos segmentos da sociedade, através dos meios mais adequados à especificidade de cada grupo-alvo.

A teia de relações complexas e recíprocas entre alimentação e ambiente está longe de estar completamente caracterizada, necessitando de conhecimento científico e tecnológico em diversos domínios e, especialmente, sobre a realidade nacional.

Para colocar em prática a integração alimentação-ambiente, importa estimular a obtenção de mais informação e conhecimento para a realidade nacional a diversos níveis, tais como: hábitos de ingestão alimentar; hábito de consumo de alimentos – local das compras, transporte, embalagens, periodicidade de compras...; “*inputs*” de energia ao longo do ciclo de vida de produtos alimentares consumidos e outra informação que permita ajudar a avaliar o impacte ambiental da produção, transporte e consumo dos produtos alimentares; conhecimentos, atitudes e acções dos cidadãos relativamente ao consumo alimentar e impacte ambiental.

As modificações nos padrões de consumo alimentar, sugeridas ou impostas pelas alterações climáticas e pela necessidade de contribuirmos para a preservação do ambiente, serão tanto mais facilmente realizáveis e transformadas em processos participativos conscientes quanto forem integradas nas práticas alimentares ancestrais comuns comprometidas com a cultura alimentar de raiz meridional.

A poluição do ar é um problema que afecta a “saúde do planeta” e se reflecte negativamente em todos os ecossistemas e nas comunidades biológicas que os ocupam, por isso, a minimização da poluição atmosférica e dos seus efeitos impõe a adopção de políticas e medidas locais, regionais e globais.

São essenciais ao futuro do Homem na Terra os programas de acção visando a protecção do ambiente e da saúde.

O *Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde* deveria dar coerência e facultar meios às acções de monitorização do ambiente e de biomonitorização das populações expostas a determinados riscos ambientais nos domínios do ar interior e exterior e ao longo da cadeia alimentar. O sucesso da sua efectiva integração com as políticas sectoriais como o urbanismo e arquitectura, ciência e tecnologia, entre outras, depende da articulação com programas regionais e globais bem como da dimensão e qualidade dos recursos que forem mobilizados para sua avaliação, revisão periódica e concretização.

➤ ***Carta ao Director Geral da Agência Portuguesa do Ambiente sobre os Relatórios do Estado do Ambiente; 19 de Setembro de 2007***

O Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável dirigiu, a 19 de Setembro de 2007, uma Comunicação ao Director Geral da Agência Portuguesa do Ambiente. Tendo em conta as sugestões anteriormente expressas na “*Análise do CNADS sobre a Metodologia de Elaboração dos Relatórios do Estado do Ambiente*” (05.12.07), alertava-se, para que no processo de elaboração do REA 2006, se incluíssem de forma integrada sectores, como os transportes, a agricultura e a saúde, assim como áreas cujas interacções com o ambiente e o ordenamento do território são manifestas: oceano (zonas costeiras e meio marinho), riscos tecnológicos e desastres naturais.

Na Comunicação sugeriu-se a inclusão, no capítulo dedicado aos instrumentos de política e gestão ambiental, da avaliação de impactes ambientais, inspecção ambiental, educação, sensibilização ambiental e participação pública nos processos de tomada de decisão, assim como promover a actualização da informação relativa à legislação nacional e comunitária, acompanhada de uma breve análise qualitativa e quantitativa, o que permitiria ao público e aos decisores um melhor enquadramento do desempenho ambiental nacional.

A Comunicação reiterava, ainda, o expresso em comunicações anteriores, sobre a necessidade de ser assegurado que o Relatório do Estado do Ambiente relativo a 2006 fosse previamente analisado pelo Conselho, em conformidade com o que está legalmente consagrado.

➤ *Declaração do CNADS sobre o Desafio das Alterações Climáticas; 19 de Setembro de 2007*

O Conselho deliberou aprovar uma declaração de que, no essencial, constava:

As alterações climáticas globais terão efeitos profundamente adversos nos sistemas biofísicos e na viabilidade de vários sectores sócio-económicos (nomeadamente no que respeita aos recursos hídricos, à agricultura, à floresta, à biodiversidade, às zonas costeiras, à saúde humana e aos fluxos migratórios). Perante os sinais inequívocos destas alterações climáticas, impõem-se decisões urgentes quanto aos paradigmas éticos que presidirão à boa governação global, com especial incidência na salvaguarda da equidade social e da Natureza.

Estabilizar hoje e, a médio prazo, diminuir as emissões globais de gases com efeito de estufa é uma questão de ética intra e intergeracional, que corresponde a um dos maiores desafios que a Humanidade enfrenta neste início do século XXI. A dependência actual dos combustíveis fósseis terá de ser reduzida o que só será conseguido por um entendimento global de partilha solidária de padrões de qualidade de vida e de responsabilidades.

Numa fase particularmente delicada, dado que se aproxima o fim do período de cumprimento do Protocolo de Quioto, em 2012, e irão ter lugar as primeiras reuniões de negociação sobre o regime climático pós-Quito, em Bali, de 3 a 14 de Dezembro de 2007, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, Portugal tem responsabilidades acrescidas neste processo devido ao exercício da Presidência do Conselho da União Europeia.

O CNADS subscreve o objectivo de redução das emissões globais de gases com efeito de estufa de, pelo menos, 20% até 2020 e de, pelo menos, 50% até 2050, relativamente a 1990, a fim de que sejam evitados impactos antropogénicos perigosos sobre o sistema climático.

Face às consequências gravosas de uma mudança climática antropogénica que, em parte, já não é possível evitar, num país como Portugal que, embora contribua relativamente pouco para as emissões globais, é particularmente vulnerável em vários sectores e sistemas – recursos hídricos (v.g. escassez e acesso à água, cheias), agricultura (v.g. degradação do solo), floresta (v.g. incêndios), biodiversidade, zonas costeiras e estuarinas, qualidade da alimentação, saúde humana (v.g. ondas de calor e doenças transmitidas por vectores) e turismo –, o CNADS apela para que seja dada importância crescente à vertente de adaptação, ou seja, a minimizar os impactos

potencialmente adversos. Será, ainda, eticamente necessário mobilizar os agentes económicos e a sociedade civil no sentido de se construir uma estratégia de adaptação às alterações climáticas para Portugal cuja elaboração pode beneficiar do recente Livro Verde sobre Adaptação da Comissão Europeia – “*Adapting to Climate Change in Europe – options for EU action*” (COM (2007) 354).

Consequentemente, o CNADS considera que nas negociações de Bali a União Europeia deveria adoptar uma posição de grande firmeza no sentido de limitar as emissões globais para níveis que evitem uma interferência antropogénica perigosa sobre o sistema climático.

O CNADS considera que a resposta ao desafio das alterações climáticas, sendo urgente, não deixará de ser um processo longo, complexo, propenso a erros e a inevitáveis correcções de percurso. Essa resposta deverá ser global, implicando uma reorganização, sob o primado da cooperação, das instituições e mecanismos de governação da comunidade internacional.

Finalmente, o CNADS, tendo em atenção a natureza da problemática em causa, especialmente o facto de se tratar de um processo de cariz civilizacional relativamente lento no tempo e que afectará profundamente a sociedade e terá implicações em sectores cruciais como a energia, a água e a biodiversidade, considera ser urgente promover, em simultâneo com uma campanha de informação ajustada e persistente, um programa a longo prazo de educação nos vários níveis de ensino, de investigação científica, de formação profissional, designadamente na Administração Pública, Central e Local, para que Portugal enfrente eficazmente os desafios globais que se opõem ao desenvolvimento sustentável e, assim, contribuir para o combate às alterações climáticas.

➤ ***Comentários sobre a Revisão do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN); 9 de Novembro de 2007.***

Por solicitação do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, o Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS) emitiu comentários sobre o documento de *Enquadramento e Orientação* com vista à *Revisão do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional*. O documento analisado constituía “*uma proposta de orientações da revisão do regime jurídico da REN*” e radica num processo pré-determinado em 2005.

Assim, o Conselho considerou que:

- No pressuposto de a REN constituir o instrumento essencial de protecção e

conservação da Natureza, integrando a Rede Fundamental de Conservação da Natureza, conforme previsto pela “*Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade*”, a melhoria do seu funcionamento não só se prende com a articulação com os outros instrumentos de política de gestão ambiental e de ordenamento do território, como contribuiria para uma efectiva clarificação das linhas de gestão a nível nacional.

- Os aspectos essenciais do futuro quadro legal seriam: reduzir a sectorização das restrições ambientais através das respectivas interacções; melhor apetrechamento técnico com consequente simplificação; e clareza de procedimentos face aos parceiros sociais intervenientes.
- No âmbito dos procedimentos com vista à delimitação das áreas da REN, propostas nas ‘*Orientações para a Revisão do Regime Jurídico da REN*’, que permitem estabelecer um percurso homogéneo e coerente não só no sentido de definir os diversos níveis de delimitação, como também de garantir as respectivas articulações, assegurar um quadro de formação para garantir homogeneidade na aplicação dos princípios e emprestar maior qualidade à elaboração de pareceres.
- Ser desejável que na Delimitação das Áreas da REN fossem tidas em conta as recomendações constantes da futura Directiva-Quadro para a Protecção do Solo, bem como na Directiva: Quadro da Água (Lei da Água e os futuros Planos de Bacia).
- No domínio da valorização e da gestão, serão fundamentais as modalidades previstas de articulação e complementaridade com outros regimes e instrumentos das políticas de ambiente e de ordenamento do território, sublinhando o nível da Estrutura Ecológica (como matriz integradora da Rede Fundamental da Conservação da Natureza).
- Recomendar-se que a escala das servidões nas cartas a nível concelhio fosse de 1:10.000 e não de 1:25.000.

➤ ***Reflexão Preliminar sobre o Relatório Ambiental do Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hídrico; 12 de Dezembro de 2007.***

O Conselho, a solicitação do Senhor Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, elaborou um Parecer sobre o *Relatório Ambiental do Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroeléctrico (PNBEPH)*.

O CNADS tem consciência de que a análise isolada dos aspectos ambientais carece de sentido, sendo através de uma consideração integrada das valências económica, social e ambiental do Programa que ganharia consistência a sua avaliação.

Nesta perspectiva o CNADS procedeu a uma análise preliminar, tendo tecido as seguintes considerações e recomendações:

- Promover a compatibilização da óptica nacional do PNBEPH com as ópticas regional e local, tendo em conta os pontos de vista e as preocupações manifestadas por alguns parceiros sociais, nomeadamente as Autarquias, cujos territórios vão ser afectados pelos novos empreendimentos hidroeléctricos. Conviria, pois, dedicar maior atenção aos impactes dos aproveitamentos previstos no domínio dos patrimónios natural e construído, entendido este último na vertente das infra-estruturas técnicas, equipamentos colectivos e construções potencialmente afectadas.
- Ser aconselhável a reabertura, antes da emissão da Declaração de Impacte Ambiental, de um novo e mais amplo período de consulta e discussão públicas do PNBEPH, que permita efectivamente acolher e integrar os novos dados de Planos em vias de aprovação, como são os casos do Plano Nacional de Eficiência Energética e dos Planos de Gestão das Bacias Hidrográficas, assim como relevantes contributos e pontos de vista publicamente expressos por parceiros sociais.
- Sublinhar que, em matéria de gestão da energia, se tem vindo a pronunciar pela prevalência das medidas que incidem sobre a sua procura, por motivos que se prendem essencialmente com o seu menor custo e eficácia económica e com as preocupações ambientais de controlo de emissões poluidoras e degradação dos ecossistemas. Esta perspectiva não exclui que se procedesse à comparação com outras fontes de energia renováveis e respectivas alternativas razoáveis tecnológicas, consoante o espírito e a letra da Directiva 2001/42/CE e do Decreto-Lei nº 292/2007, de 15 de Junho.
- Salientar a necessidade de coerência entre os diferentes objectivos das políticas públicas visando enfrentar a crise ambiental, tanto no que concerne à produção de electricidade a partir de fontes renováveis como no que respeita à conservação da natureza e da biodiversidade. Em ambos os domínios, energia e biodiversidade, Portugal tem obrigações legais e compromissos internacionais que só poderão ser respeitados e cumpridos no âmbito de uma visão estratégica consistente e com um

grau de informação e conhecimento adequados para todas as componentes envolvidas, v.g. vertentes económica, social e ambiental de médio e longo prazo.

- Sublinhar, que nenhum empreendimento hidroeléctrico – independentemente do seu modelo de gestão público ou privado – pode ignorar que um dos principais critérios da sua respectiva sustentabilidade reside na capacidade de integrarem de forma compatível fins e usos múltiplos, o que envolve tanto os serviços económicos directos como os da biodiversidade, sendo de enfatizar que se evitem situações que possam no futuro constituir ónus sobre o território.

ACTIVIDADES NA ESFERA INTERNACIONAL

20. As actividades mais relevantes do Conselho na esfera internacional foram as que a seguir resumidamente se enumeram:

- **Reunião do Grupo de Trabalho sobre Energia e Reunião Preparatória da Conferência de Évora dos EEAC**, Berlim, 30 de Janeiro, com o objectivo a preparação do *statement* e do Relatório que a 15ª. Conferência dos EEAC iria apreciar e aprovar em Évora, contou com a presença dos Conselheiros Filipe Duarte Santos e Henrique Schwarz.
- **Reunião do Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Sustentável dos EEAC**, Bruxelas, 15 de Fevereiro de 2007, com o objectivo foi analisar as iniciativas da Presidência Alemã sobre a Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável e bem assim as avaliações das estratégias nacionais e os indicadores de sustentabilidade, na qual participou o Conselheiro Viriato Soromenho Marques,
- **1ª Reunião do Steering Committee dos EEAC**, em Bruxelas, no dia 19 de Fevereiro, teve como objectivo questões relevantes, nomeadamente a preparação da Conferência de Évora e o *statement* sobre Energia que aí será aprovado, na qual participou o Conselheiro Henrique Schwarz.
- **Grupo de Trabalho sobre Agricultura dos EEAC – Seminário sobre “Global Economic Drivers for Land Use Change”**, Amersfoort, dias 29 a 31 de Março: contou com a participação do Conselheiro José Lima Santos, que foi orador e moderador de uma das sessões dedicada a PAC post-2013, que constituiu um dos dois seminários, subordinado ao tema “Global Economic Drivers for Land Use Change”, organizado pelo congénere Conselho holandês RLG.

- **2ª Reunião do Steering Committee dos EEAC**, em Copenhaga, de 31 de Maio a 2 de Junho: teve como objectivo questões relevantes como a preparação da Conferência de Évora, o *statement* sobre Energia que aí seria ratificada, a posição dos EEAC sobre o “*Green Paper*” relativo à Política Marítima Europeia e a reestruturação interna da rede dos Conselhos Europeus, no qual esteve presente o Conselheiro Henrique Schwarz.
- **6ª Conferência Europeia para a Sustentabilidade e Reunião do Comité Europeu Económico e Social (ECOSOC)**, em Berlim, de 3 a 6 de Junho. A Conferência de grande relevância na área do desenvolvimento sustentável e, posteriormente, uma sessão no Parlamento Alemão (*Bundestag*) foi promovida pelo Observatório do Desenvolvimento Sustentável do Comité Europeu Económico e Social (ECOSOC) para análise das Estratégias Nacionais de Desenvolvimento Sustentável (dia 6 de Junho), inserindo-se no chamado processo de Viena, contou com a participação do Conselheiro Viriato Soromenho-Marques.
- **3ª Reunião de Stakeholders sobre a Estratégia Marinha Europeia**, em Bruxelas, a 6 de Junho, teve como ponto principal da agenda a *Estratégia Marinha Europeia*, integrada no processo da 2ª. Leitura pelo Parlamento Europeu, com vista à sua aprovação final, em sistema de co-decisão, tendo estado presente o Prof. Emanuel Gonçalves
- **15ª Conferência Anual dos EEAC "Energy Efficiency – Key Pillar for a Competitive, Secure and Sustainable Europe"**, Évora, de 10 a 13 de Outubro de 2007: enquanto iniciativa da rede europeia dos Conselhos de Ambiente – *E.E.A.C.*, foi organizada pelo CNADS e pelo congénere alemão SRU, inserindo-se no quadro da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia. A Sessão Inaugural, teve a abrir, uma vídeo-mensagem enviada pelo Presidente da Comissão Europeia, Dr. José Manuel Barroso sobre política energética e contou com a presença de vários oradores convidados, especialistas nas matérias abordadas, e a representação pessoal do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Durante o dia temático da Conferência (12.10) decorreram vários *workshops* sobre a temática em apreço. No dia 11 de Outubro realizou-se um Painel sobre Biomassa, que contou com a participação de peritos nacionais e estrangeiros. Na Sessão Final foi ratificada a Declaração sobre "*Energy Efficiency – Key Pillar for a Competitive, Secure and Sustainable Europe*", subscrita por 14 Conselhos Europeus. No último dia, após a Assembleia Plenária de todos os Conselhos

associados, onde foram debatidos assuntos internos de funcionamento da rede, realizou-se uma visita de campo à zona de classificada da Serra de Monfurado. O CNADS esteve representado por uma delegação de catorze elementos (*vide* Anexo IV), coordenada pelo Presidente, Prof. Mário Ruivo.

CNADS, 21 de Fevereiro de 2008

ANEXOS

Anexo I
Balço de Execução Orçamental Relativo ao Ano de 2007

Cód Prog	Cód Med	Classificação Económica	Dot. Corrigida	Duodécimos	Cabimentos	Compromissos	Pagamentos	Saldo
			- Congelamentos (1)	Vencidos (2)	- Reposições (3)	- Reposições (4)	- Reposições (5)	Disponível (6) = (1- 4)
019	010	01 01 07 00 00	18.978,00	18.978,00	18.977,64	18.977,64	18.977,64	0,36
	010	01 01 09 00 00	102.361,00	102.361,00	102.360,66	102.360,66	102.360,66	0,34
	010	01 01 13 00 00	2.681,00	2.681,00	2.631,78	2.631,78	2.631,78	49,22
	010	01 01 14 00 00	17.061,00	17.061,00	17.060,56	17.060,56	17.060,56	0,44
	010	01 02 02 00 00	1.725,00	1.725,00	1.724,52	1.724,52	1.724,52	0,48
	010	01 02 04 A0 01	5.150,00	5.150,00	4.806,82	4.806,82	4.406,82	343,18
	010	01 02 04 A0 09	253,00	253,00	253,00	253,00	253,00	0,00
	010	01 02 04 00 00	11,00	11,00	10,90	10,90	10,90	0,10
	010	01 02 13 00 00	15.477,00	15.477,00	15.476,92	15.476,92	15.476,92	0,08
	010	01 03 03 00 00	130,00	130,00	129,12	129,12	129,12	0,88
	010	02 01 04 00 00	405,00	405,00	404,09	404,09	404,09	0,91
	010	02 01 05 00 00	457,00	457,00	456,30	456,30	456,30	0,70
	010	02 01 08 00 00	2.234,00	2.234,00	2.233,96	2.233,96	2.233,96	0,04
	010	02 01 15 00 00	445,00	445,00	444,02	444,02	444,02	0,98
	010	02 01 18 00 00	655,00	655,00	654,16	654,16	654,16	0,84
	010	02 01 21 00 00	307,00	307,00	306,22	306,22	306,22	0,78
	010	02 02 03 00 00	13.017,00	13.017,00	12.663,13	12.663,13	12.663,13	353,87
	010	02 02 09 D0 00	367,00	367,00	366,06	366,06	366,06	0,94
	010	02 02 09 F0 00	755,00	755,00	754,67	754,67	754,67	0,33
	010	02 02 10 00 00	133,00	133,00	133,00	133,00	133,00	0,00
	010	02 02 11 00 00	1.626,00	1.626,00	1.625,53	1.625,53	1.625,53	0,47
	010	02 02 13 00 00	11.233,00	11.233,00	11.232,60	11.232,60	11.232,60	0,40
	010	02 02 14 00 00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
019	010	02 02 16 00 00	16.763,00	16.763,00	16.762,95	16.762,95	16.762,95	0,05
	010	02 02 19 00 00	3.986,00	3.986,00	3.985,54	3.985,54	3.985,54	0,46
	010	02 02 20 00 00	12.544,00	12.544,00	12.543,48	12.543,48	12.543,48	0,52
	010	02 02 25 00 00	7.861,00	7.861,00	7.860,70	7.860,70	7.860,70	0,30
	010	04 09 02 00 00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	0,00
	010	07 01 08 A0 B0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	010	07 01 09 A0 B0	6.447,00	6.447,00	6.443,56	6.443,56	6.443,56	3,44
Total por Código de Programa:			249.062,00	249.062,00	248.301,89	248.301,89	247.901,89	760,11
Total por Classificação Funcional:			249.062,00	249.062,00	248.301,89	248.301,89	247.901,89	760,11
Total por Código de Financiamento:			249.062,00	249.062,00	248.301,89	248.301,89	247.901,89	760,11
Total por Classificação Orgânica:			249.062,00	249.062,00	248.301,89	248.301,89	247.901,89	760,11
Total Geral:			249.062,00	249.062,00	248.301,89	248.301,89	247.901,89	760,11

Anexo II

Quadro das Reuniões Plenárias do CNADS em 2007

Reunião	Data	Assuntos mais Relevantes
1ª Ordinária	18 de Janeiro	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Análise e Aprovação da Apreciação Sumária do CNADS sobre o “PERSU II”. ➤ Apreciação e Aprovação do Projecto de Parecer do CNADS sobre “Avaliação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 de Portugal - Continente”.
2ª Ordinária	28 de Fevereiro	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Intervenção e Diálogo com o Secretário de Estado do Ambiente, Prof. Humberto Rosa. ➤ Apreciação do Projecto de Reflexão sobre “Energia e Sustentabilidade”. ➤ Apreciação e Aprovação do Relatório de Actividades do CNADS (2006).
3ª Ordinária	26 de Abril	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Apreciação do Projecto de Reflexão sobre “Energia e Sustentabilidade”. ➤ Apreciação e Aprovação do Projecto de Comentários do CNADS sobre o “Guia Agenda 21 Local/Manual”.
4ª Ordinária	12 de Junho	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Aprovação das Considerações Finais da Reflexão sobre “Energia e Sustentabilidade”. ➤ Apreciação do Projecto de Reflexão “Alimentação e Qualidade do Ar, na Interface Ambiente/Saúde”. ➤ Apreciação e Aprovação do Projecto de Análise da Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Operacional das Pescas.
5ª Ordinária	6 de Julho	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Intervenção e diálogo com o Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, Prof. João Ferrão. ➤ Apreciação da proposta de Carta ao Senhor Primeiro Ministro sobre a “Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável/PIENDS”. ➤ Apreciação e Aprovação do Projecto de Reflexão sobre “Alimentação e Qualidade do Ar na Interface Ambiente-Saúde”. ➤ Apreciação e Aprovação da Análise Prévia sobre a “Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Operacional de Cooperação Transnacional do Espaço Mediterrâneo MED-2007-2013”.
6ª Ordinária	19 de Setembro	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Apreciação e Aprovação do projecto de Declaração sobre as Alterações Climáticas. ➤ Constituição e atribuição de mandato ao Grupo de Trabalho para a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (GTENDS).

1ª Extraordinária	15 de Março	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Apreciação do Projecto de Reflexão sobre “Energia e Sustentabilidade”.
2ª Extraordinária	23 de Maio	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Apreciação e Aprovação Final do Projecto de Reflexão sobre “Energia e Sustentabilidade”. ➤ Apreciação e Aprovação do Projecto de Comentários do CNADS sobre o “Guia Agenda 21 Local/Manual”.
3ª Extraordinária	8 de Novembro	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Apreciação do Parecer do CNADS sobre a Revisão do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN). ➤ Constituição e atribuição de mandato ao Grupo de Trabalho para análise do tema “Biomassa”.
4ª Extraordinária	12 de Dezembro	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Apreciação do Projecto de Parecer sobre o “Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroeléctrico (PNBEPH)”.

Anexo III

Quadro das Principais Participações do CNADS em Conferências, Colóquios, Seminários ou Encontros à Escala Nacional, em 2007

Congresso, Conferência, Encontro, Seminário	Local , Data, Organização	Participantes
Workshop “Cidades Inovadoras e Competitivas para o Desenvolvimento Sustentável”	Lisboa, 30 de Janeiro DPP	Conselheiro Fernando Nunes da Silva
Conferência Inaugural do Projecto Fórum Português Pós-Quioto	Lisboa, 31 de Janeiro F. C. Gulbenkian	Conselheiros José Faria e Santos, Luís Veiga da Cunha, Secretário Executivo, Aristides Leitão.
Workshop “Avaliação Ambiental Estratégica / QREN (2007/2013)”	Lisboa, 14 de Fevereiro FCT/UNL	Conselheiros João Guerreiro e José Reis, Secretário Executivo, Aristides Leitão
Sessão de Lançamento do Projecto Mobilidade Sustentável	Castelo Branco, 2 de Março CM de Castelo Branco e IA	Secretário Executivo, Aristides Leitão
I Jornadas de Ambiente da EESBCR	Caldas da Rainha, 14 de Março, Escola Superior de Biotecnologia	Conselheiro Eugénio Sequeira
Seminário “Que Direitos Humanos Numa Nova Europa Social”	Lisboa, 20 e 21 de Março PRO DIGNITATE	Presidente, Mário Ruivo, Conselheiro João Santos Pereira
Conferência sobre Ambiente e Saúde – CNADS	Lisboa, 30 de Março Assembleia da República	Presidente, Mário Ruivo, Conselheiros, Secretariado Técnico: Isabel Mertens, Liliana Leitão, Filomena Passarinho
Colóquio – “Crise do Ambiente e Interface Ciência / Sociedade”	Lisboa, 19 de Abril F.C. Gulbenkian	Presidente, Mário Ruivo, Secretário Executivo, Aristides Leitão, Assessora Principal, Isabel Mertens
20 Anos da Lei de Bases do Ambiente	Lisboa, 7 de Maio F.C. Gulbenkian	Presidente, Mário Ruivo, Secretário Executivo, Aristides Leitão, Assessora Principal, Isabel Mertens
Jornada Europeia sobre o tema “A Política Marítima Europeia”	Lisboa, 15 de Maio Faculdade Direito, UL	Presidente, Mário Ruivo
Conferência IRAR – A qualidade da água para consumo humano em Portugal	Lisboa, de 17 de Maio Fórum Lisboa	Secretário Executivo, Aristides Leitão

Debate “Cascais PURO, Ambiente Positivo”	Cascais, 22 de Maio Centro Cultural de Cascais	Conselheiro Henrique Schwarz
Conferência “O Quarto Relatório sobre Alterações Climáticas – Perspectivas para Portugal”	Lisboa, 28 de Maio F. C. Gulbenkian	Conselheiro José Guerreiro dos Santos, Secretário Executivo, Aristides Leitão
Sessão sobre o PNPOT / Território Portugal	Belém, 1 de Junho CCB	Secretário Executivo, Aristides Leitão
II Conferência Internacional “Alentejo e a Água – por um Guadiana Sustentável”	Campo Maior, 8 a 9 de Junho	Presidente, Mário Ruivo, Conselheiros Eugénio Sequeira, José Lima Santos e Secretário Executivo, Aristides Leitão
Colóquio “Alimentação e Qualidade do Ar em Portugal”	Lisboa, 20 de Junho F.C.Gulbenkian	Conselheiros Viriato Soromenho-Marques, João Lavinha, Manuel Ferreira dos Santos, Secretariado Técnico, Secretário Executivo, Aristides Leitão, Secretariado Técnico: Isabel Mertens e Liliana Leitão
Conferência sobre “Energia e Sustentabilidade” CNADS	Lisboa, 3 de Julho Assembleia da República	Presidente, Mário Ruivo, Conselheiros, Secretário Executivo, Aristides Leitão, Secretariado Técnico: Isabel Mertens, Liliana Leitão e Filomena Passarinho
Workshop “The Governance of an Integrated, Holistic Maritime Policy for Europe”	Lisboa, 19 e 20 de Julho Instituto de Estudos Superiores Militares	Secretário Executivo, Aristides Leitão
Cerimónia de Atribuição do Prémio ValorSul 2007	Lisboa, 18 de Setembro ValorSul	Secretário Executivo, Aristides Leitão
Colóquio Comemorativo do Dia Nacional da Água - GEOTA	Lisboa, 1 de Outubro Casa do Ambiente e do Cidadão	Conselheiro Luís Veiga da Cunha
Seminário sobre Política e Direito Internacional da Água - GEOTA	Lisboa, 1 a 3 de Outubro GEOTA	Conselheiro Luís Veiga da Cunha
Sessão Pública de Assinatura dos P.O. QREN	Lisboa, 17 de Outubro Centro de Congressos Lisboa	Secretário Executivo, Aristides Leitão
Colóquio “Ciência e Gestão das Zonas Costeiras na era dos Observatórios Costeiros”	Lisboa, 22 de Outubro LNEC	Presidente, Mário Ruivo
Cerimónia de Homenagem Pública ao Dispositivo Integrado de combate a	Lisboa, 3 de Novembro FIL	Conselheiro João Santos Pereira

Incêndios Florestais 2007	MAOTDR	
Seminário “<i>Novo Regime de Planeamento Urbanístico: Factor de Competitividade Territorial</i>”	Porto, 7 de Novembro CCDRN	Conselheiro Nuno Portas
Palestra “<i>Bringing Environment into Sectorial Policies</i>” MAOTDR	Lisboa, 9 de Novembro Pavilhão de Portugal	Assessora Principal, Isabel Mertens
Conferência “<i>Política Marítima Europeia e Biodiversidade</i>”	Lisboa, 21 de Novembro F.C.Gulbenkian	Assessora Principal, Isabel Mertens
Sessão de Lançamento do 3º. Relatório Anual “<i>Determinantes Ambientais em Saúde Respiratória</i>”	Lisboa, 22 de Novembro F.C.Gulbenkian	Assessora Principal, Isabel Mertens
I Congresso de Energias Alternativas	Viana do Castelo, 6 de Dezembro	Conselheiro Henrique Schwarz
Apresentação do site da DPP e de novas publicações electrónicas	Lisboa, 10 de Dezembro DPP	Secretariado Técnico, Liliana Leitão

ANEXO IV

Quadro das Principais Participações do CNADS em Conferências, Colóquios, Seminários ou Encontros à Nível Internacional, em 2007

Congresso, Conferência, Encontro, Seminário	Data, Local, Organização	Participantes
Reunião do Grupo de Trabalho sobre Energia e Reunião Preparatória da Conferência de Évora dos E.E.A.C.	30 de Janeiro, Berlim, SRU	Conselheiros Henrique Schwarz e Filipe Duarte Santos
Reunião do Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Sustentável dos EEAC	15 de Fevereiro, Bruxelas, FRDO	Conselheiro Viriato Soromenho-Marques
1ª Reunião do <i>Steering Committee</i> dos EEAC	19 de Fevereiro, Bruxelas, Comité Directivo EEAC	Conselheiro Henrique Schwarz
Grupo de Trabalho sobre Agricultura dos EEAC – Seminário sobre “ <i>Global Economic Drivers for Land Use Change</i> ”	29 a 31 de Março, Amersfoort RLG	Conselheiro José Lima Santos
2ª Reunião do <i>Steering Committee</i> dos EEAC	10 de Maio, Copenhaga (AEA) Comité Directivo EEAC	Conselheiro Henrique Schwarz
6ª Conferência Europeia para a Sustentabilidade	3 a 5 de Junho, Berlim Governo Alemão	Conselheiro Viriato Soromenho-Marques
Reunião do Comité Europeu Económico e Social (ECOSOC)	6 de Junho, Berlim Observatório do Desenvolvimento Sustentável/ECOSOC e Budestag	Conselheiro Viriato Soromenho-Marques
3ª Reunião de <i>Stakeholders</i> sobre a Estratégia Marinha Europeia	6 de Junho, Bruxelas, Comissão Europeia	Prof. Emanuel Gonçalves
Grupo de Trabalho sobre Agricultura dos EEAC – Seminário sobre “ <i>Assessing the Environmental Consequences of CAP changes</i> ”	28 e 29 de Junho, Bruxelas RLG	Conselheiro José Lima Santos
15ª Conferência Anual dos EEAC sobre tema “ <i>Energy for Europe: Increasing Efficiency, Changing Consuming Patterns</i> ”	10 a 13 de Outubro, Évora, CNADS/SRU/EEAC Évora Hotel	Presidente, Mário Ruivo Conselheiros António Domingos Abreu, Jaime Braga, Faria e Santos, Luísa Schmidt, Susana Fonseca, Manuel Ferreira dos Santos, Isabel Graça, João Lavinha, Henrique Schwarz, Viriato Soromenho-Marques, Filipe Duarte Santos, Eugénio Sequeira, José Lima Santos e Secretário Executivo Aristides Leitão
Reunião do Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Sustentável e Reunião Preparatória da Conferência de Bordéus dos E.E.A.C.	21 e 22 de Novembro, Paris CNDD	Conselheira Susana Fonseca

ANEXO V

Lista dos Membros do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável – entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2007

- Mário Ruivo, Presidente
- António Domingos Abreu
- Carlos Alberto Soares Borrego¹
- Eugénio Menezes Sequeira
- Fernando Nunes da Silva
- Filipe Duarte Santos
- Henrique Montelobo²
- Helena Roseta³
- Henrique Schwarz
- Isabel Maria S.Vilar Graça
- Jaime Braga
- Joaquim Barreto
- João Alveirinho Dias⁴
- João Carlos Marques⁵
- João José Fernandes⁶
- João Guerreiro
- João Lavinha
- João Rabaça⁷
- João Santos Pereira
- Jorge Américo Rodrigues de Paiva⁸
- José Augusto Cardoso de Resende⁹
- José Virgílio da Cruz
- José Guerreiro¹⁰
- José Reis
- José Faria e Santos¹¹
- José Guerreiro dos Santos
- José Lima Santos
- José Manuel da Luz Cordeiro¹²
- Luísa Schmidt
- Luís Brás¹³
- Luís Ramalhosa Guerreiro¹⁴
- Luís Lopes¹⁵

¹ Cessou funções em 2007.04.22

² Iniciou funções em 2007.01.18 no lugar deixado vago pelo Conselheiro Manuel Dias

³ Resignou em 2007

⁴ Cessou funções em 2007.06.17

⁵ Iniciou funções em 2007 no lugar deixado vago pelo Conselheiro Carlos Borrego

⁶ Substituído em 2007 pelo Conselheiro João Rabaça

⁷ Iniciou funções em 2007 no lugar deixado vago pelo Conselheiro João José Fernandes

⁸ Iniciou funções em 2007 no lugar deixado vago pelo Conselheiro Luís Guerreiro

⁹ Iniciou funções em 2007 no lugar deixado vago pela Conselheira Helena Roseta

¹⁰ Reconduzido em 2007.12.12

¹¹ Reconduzido em 2007.04.26

¹² Iniciou funções em 2007.12.12 no lugar deixado vago pelo Conselheiro Luís Lopes

¹³ Reconduzido em 2007.04.26

¹⁴ Cessou funções em 2007

¹⁵ Substituído em 2007 pelo Conselheiro José Manuel da Luz Cordeiro

- Luís Veiga da Cunha
- Manuel Ferreira dos Santos¹⁶
- Maria Emília de Sousa
- Maria João Ramos Pereira¹⁷
- Nuno Portas
- Paulo Bernardo
- Rui Godinho
- Susana Fonseca
- Viriato Soromenho-Marques

¹⁶ Cessou funções em 2007

¹⁷ Designada em 2007 para o lugar deixado vago pelo Conselheiro Manuel Ferreira dos Santos